

<https://doi.org/10.47456/simb.v13i2.54271>

Autoritarismo identitário: quando o adversário se torna obstáculo

Identity authoritarianism: when the adversary becomes an obstacle

Autoritarismo identitario: cuando el adversario se convierte en obstáculo

Savio di Maio

Universidade de São Paulo, Brasil.

Resumo O artigo propõe o conceito de autoritarismo identitário para descrever uma forma específica de organização do conflito político contemporâneo. Argumenta-se que, à medida que instâncias coletivas de representação e pertencimento – partidos, sindicatos, associações – perdem capacidade de mediar interesses e identidades, a identidade tende a ocupar sozinha o lugar antes dividido entre mediação institucional e pertencimento pessoal, passando a funcionar como critério direto de legitimidade política. Esse deslocamento tem uma consequência específica: como a identidade não admite negociação da mesma forma que um interesse, sua politização tende a converter divergências em ameaças existenciais. O artigo distingue essa dinâmica do conflito político moralizado em geral por um traço preciso: o autoritarismo identitário ocorre quando o adversário deixa de ser percebido como parte legítima da disputa e passa a ser compreendido como obstáculo à própria realização identitária – o que torna a restrição de sua presença e participação no debate público não uma exceção, mas uma consequência coerente do raciocínio, ocorrendo à direita e à esquerda. Trata-se de uma formulação teórica, construída pela articulação entre tradições da teoria social e da ciência política, que busca oferecer uma chave analítica para fenômenos hoje descritos, de forma genérica, como polarização ou populismo.

Palavras-chave: identitarismo; mediações institucionais; crise de representação; autoritarismo identitário.



Abstract This article proposes the concept of identity authoritarianism to describe a specific form of contemporary political conflict. It argues that, as collective institutions of representation and belonging, such as political parties, trade unions, and associations, lose their capacity to mediate interests and identities, identity tends to occupy by itself the space previously divided between institutional mediation and personal belonging, becoming a direct criterion of political legitimacy. This shift has a specific consequence: because identity does not allow for negotiation in the same way as an interest, its politicization tends to turn disagreements into existential threats. The article distinguishes this dynamic from moralized political conflict in general through a precise feature: identity authoritarianism occurs when the adversary ceases to be perceived as a legitimate participant in the political contest and comes to be understood as an obstacle to the realization of one's own identity, making the restriction of their presence and participation in public debate not an exception, but a coherent consequence of this reasoning, occurring on both the right and the left. This is a theoretical formulation, developed through the articulation of traditions in social theory and political science, which seeks to offer an analytical framework for phenomena currently described, in overly generic terms, as polarization or populism.

Keywords: identitarianism; institutional mediations; representation crisis; identity authoritarianism.

Resumen El artículo propone el concepto de autoritarismo identitario para describir una forma específica de organización del conflicto político contemporáneo. Se argumenta que, a medida que las instancias colectivas de representación y pertenencia, como los partidos, los sindicatos y las asociaciones, pierden capacidad para mediar entre intereses e identidades, la identidad tiende a ocupar por sí sola el lugar anteriormente dividido entre la mediación institucional y la pertenencia personal, pasando a funcionar como criterio directo de legitimidad política. Este desplazamiento tiene una consecuencia específica: como la identidad no admite negociación de la misma manera que un interés, su politización tiende a convertir las divergencias en amenazas existenciales. El artículo distingue esta dinámica del conflicto político moralizado en general mediante un rasgo preciso: el autoritarismo identitario ocurre cuando el adversario deja de ser percibido como parte legítima de la disputa y pasa a ser comprendido como un obstáculo para la propia realización identitaria, lo que convierte la restricción de su presencia y participación en el debate público no en una excepción, sino en una consecuencia coherente de este razonamiento, tanto en la derecha como en la izquierda. Se trata de una formulación teórica, construida mediante la articulación de tradiciones de la teoría social y de la ciencia política, que busca ofrecer un marco analítico para fenómenos actualmente descritos, de manera genérica, como polarización o populismo.

Palabras clave: identitarismo; mediaciones institucionales; crisis de representación; autoritarismo identitario.

Recebido em 19-01-2026

Modificado em 13-03-2026

Aceito para publicação em 28-05-202

Introdução

Nas últimas décadas, a teoria social tem dedicado atenção crescente às transformações nas formas de organização da vida coletiva, marcadas pela fragmentação institucional, pela individualização das experiências sociais e pelo enfraquecimento de formas tradicionais de pertencimento. A reestruturação do capitalismo tardio, a flexibilização das relações de trabalho, a plataformização da vida social e a expansão das novas dinâmicas comunicacionais estão entre os processos que alteraram não apenas as formas de produção e reprodução econômica, mas também os modos de constituição dos sujeitos e de organização do conflito político contemporâneo (Harvey, 1992; Bauman, 2001; Brown, 2019).

Um dos debates centrais da contemporaneidade diz respeito à crescente centralidade das identidades na organização dos conflitos políticos. Embora exista uma vasta literatura dedicada às políticas identitárias e, mais recentemente, ao identitarismo, permanecem em disputa as interpretações acerca das condições sociais que favoreceram a emergência e a consolidação dessas formas de organização do conflito político. Em diferentes contextos nacionais e espectros ideológicos, observa-se a consolidação de gramáticas políticas organizadas em torno de identidades morais cada vez mais rígidas, nas quais determinadas posições baseadas em características e afirmações pessoais passam a funcionar como critérios privilegiados de pertencimento, legitimidade e autenticidade coletiva. Como resultado, tornam-se mais frequentes dinâmicas de conflito marcadas pela redução do espaço para ambivalência, mediação e dissenso interno (Mounk, 2023).

Neste artigo, distingue-se política identitária de identitarismo. Enquanto a primeira designa formas de mobilização política organizadas em torno de identidades coletivas que carecem de políticas direcionadas, o segundo refere-se a uma modalidade específica de organização do conflito político, caracterizada pela absolutização da identidade como princípio de legitimação, pela redução das mediações e pela tendência à construção de antagonismos moralizados.

Esse processo pode ser observado, por exemplo, em debates nos quais determinadas agendas passam a ser tratadas como pressupostos conceituais incontornáveis de pertencimento político ou moral. No campo progressista, isso aparece, por exemplo, na dificuldade de alguns setores do movimento negro em incorporar discussões sobre mestiçagem e ambiguidades raciais (Risério, 2024); em correntes contemporâneas do feminismo e do movimento LGBTQIAPN+, que tensionam ou rejeitam categorias tradicionais de sexo biológico (Stock, 2021); na centralidade de abordagens decoloniais como chave normativa privilegiada em diferentes áreas acadêmicas (Perez, 2023). No campo conservador, aparece, por exemplo, em segmentos evangélicos que estabelecem fronteiras rígidas entre identidade religiosa e posicionamento político, expressas em fórmulas como “não

existe evangélico de esquerda” (Oliveira, 2023); de modo semelhante, ideias como a figura do “patriota” em setores da direita bolsonarista, que passaram a operar menos como pertencimento cívico amplo e mais como identidade moral e política particularizada, frequentemente associada a formas de ultranacionalismo cultural (Roman, 2025).

Em comum, tais fenômenos revelam a tendência de diferentes grupos sociais e políticos a converter identidades específicas em princípios exclusivos de interpretação da realidade e de legitimação do conflito político. Embora frequentemente analisados de maneira isolada pela literatura – ora como populismo, ora como políticas identitárias, polarização moral, radicalização cultural ou crise de representação –, este artigo propõe compreendê-los como manifestações convergentes de um mesmo processo mais amplo relacionado à erosão das mediações sociais e institucionais.

O presente trabalho parte da hipótese de que tais fenômenos compartilham uma base social e disposicional comum relacionada à crise das mediações coletivas. Em outras palavras, argumenta-se que o enfraquecimento de instituições mediadoras tradicionais (sindicatos, partidos, associações, dispositivos relativamente estáveis de pertencimento social que organizavam a modernidade) favorece formas de subjetivação política marcadas pela personalização da legitimidade, pela centralidade da identidade moral e pela redução da tolerância ao dissenso e à mediação.

A noção de “autoritarismo identitário”, proposta neste artigo como categoria analítica, refere-se precisamente a formas contemporâneas de mobilização política nas quais identidades sociais moralizadas passam a operar como fundamento exclusivo de legitimidade política, reduzindo o espaço para pluralismo, negociação e reconhecimento da legitimidade do adversário. Ao levantar este conceito, não se pretende substituir categorias já consolidadas, como populismo, polarização afetiva ou identitarismo, mas apreender a convergência contemporânea entre moralização do conflito, fragilização das mediações institucionais e intensificação de antagonismos políticos baseados em identidades sociais.

Do ponto de vista metodológico, o artigo adota abordagem qualitativa de caráter teórico-interpretativo, baseada em articulação conceitual entre autores da teoria social e da ciência política contemporâneas, tais como Nancy Fraser, Yascha Mounk e Wendy Brown. O objetivo não é oferecer uma tipologia exaustiva do fenômeno, mas propor uma interpretação analítica acerca das relações entre crise das mediações, moralização identitária e formas contemporâneas de conflito político.

A relevância deste estudo reside em oferecer uma chave interpretativa capaz de articular fenômenos frequentemente tratados de maneira fragmentada pela literatura contemporânea. Ao propor a categoria de “autoritarismo identitário”, o artigo avança em compreender como diferentes formas de moralização política compartilham disposições semelhantes relacionadas à crise das mediações sociais e institucionais. Mais do que fenômenos isolados, tais dinâmicas expressam transformações mais

amplas nas formas contemporâneas de pertencimento, reconhecimento e legitimação política.

O trabalho também se justifica diante de um cenário social em que a fragilização das mediações coletivas contribui para o aprofundamento da polarização afetiva, da intolerância ao dissenso e da desconfiança em relação ao pluralismo democrático. Ao enfatizar o papel das mediações institucionais, o artigo procura recolocar no centro do debate a importância de mecanismos sociais capazes de produzir negociação, ambivalência e reconhecimento da legitimidade do adversário em contextos marcados pelo crescente radicalismo político.

A fragilização das mediações e a individualização da experiência política

A literatura das últimas décadas tem documentado amplamente os efeitos das transformações no capitalismo e nas relações de trabalho sobre as formas de integração social, a estabilidade das instituições mediadoras e os processos de individualização da experiência política (Harvey, 1992; Castel, 1998; Sennett, 2006; Bauman, 2001). A reestruturação produtiva, a flexibilização das relações de trabalho e o enfraquecimento de formas tradicionais de pertencimento alteraram as condições pelas quais os indivíduos estabelecem vínculos, constroem identidades e se inserem na vida coletiva. Esse processo não significa simplesmente o desaparecimento das formas coletivas de organização, mas uma transformação das condições sob as quais elas operam e disputam a capacidade de produzir pertencimento e mediação política.

A consequência mais relevante para o argumento desenvolvido aqui está na relação entre individualização e mediação. À medida que instituições capazes de organizar interesses e produzir pertencimentos coletivos perdem parte de sua capacidade de agregação, aumenta a distância entre a experiência individual e as formas institucionais de representação. O indivíduo passa a se relacionar com a política de maneira menos dependente de organizações intermediárias, enquanto identidades, valores e experiências pessoais adquirem maior peso na definição de suas posições e vínculos políticos. A política torna-se, assim, mais diretamente relacionada à experiência subjetiva daqueles que dela participam.

Desde as últimas décadas do século XX, autores de diferentes tradições teóricas vêm apontando para processos de flexibilização econômica, precarização do trabalho e enfraquecimento das instituições coletivas, que estruturavam a experiência social nas sociedades industriais modernas. Nessa discussão, David Harvey é central, pois ele constrói o raciocínio social dessa transição. Durante grande parte do século XX, especialmente no período posterior à Segunda Guerra Mundial, as sociedades industriais ocidentais foram organizadas em torno do modelo fordista de produção,

caracterizado pela produção em massa, relativa estabilidade das relações de trabalho e consequente fortalecimento de instituições coletivas como sindicatos, partidos de massa e sistemas nacionais de proteção social. Esse arranjo econômico e institucional favorecia formas relativamente estáveis de pertencimento social e identidade política, frequentemente organizadas em torno da classe, do trabalho e de vínculos coletivos duradouros.

Segundo Harvey (1992), a crise desse modelo nas décadas finais do século XX deu lugar ao que o autor denomina “acumulação flexível”, marcada pela flexibilização produtiva, pela reorganização global do capital, pela precarização das relações de trabalho e pela crescente volatilidade econômica. Para além de suas dimensões estritamente econômicas, esse processo produziu também transformações culturais profundas, associadas à fragmentação das experiências sociais, à aceleração do tempo social e à instabilidade dos vínculos coletivos. A dissolução relativa das formas fordistas de organização econômica implicou, assim, o enfraquecimento de identidades coletivas mais estáveis, especialmente aquelas vinculadas ao trabalho e às formas clássicas de organização política de massa.

Autores como David Harvey inserem sua análise na tradição da economia política marxista, enfatizando os efeitos da reestruturação do capitalismo sobre as relações de produção, o trabalho e as formas de organização social. Essa perspectiva encontra continuidade em uma ampla tradição crítica que procura compreender as transformações sociais a partir das mudanças na dinâmica do capitalismo. Há, contudo, outras tradições teóricas que chegam a diagnósticos convergentes por caminhos distintos. Robert Castel (1998), por exemplo, desloca o foco das dinâmicas de acumulação para os mecanismos de integração social, examinando como a crise da sociedade salarial e o enfraquecimento das instituições de proteção coletiva produzem processos de desfiliação e vulnerabilização. O ponto de convergência entre essas abordagens não está em uma mesma explicação das transformações sociais, mas na identificação de processos que fragilizam vínculos, proteções e formas coletivas de integração.

É nesse contexto que Castel desenvolve o conceito de “desfiliação social”, entendido como uma condição marcada pela fragilização progressiva dos vínculos coletivos e pela crescente vulnerabilidade dos indivíduos diante das transformações econômicas e institucionais (Castel, 1998). A precarização, nesse sentido, não deve ser compreendida apenas como fenômeno econômico, mas também como experiência subjetiva de insegurança, instabilidade e perda de pertencimento social. O enfraquecimento de estruturas relativamente estáveis de inserção coletiva contribui, assim, para a formação de sujeitos socialmente desancorados, mais expostos a formas fragmentadas e individualizadas de experiência política.

Portanto, essas transformações não alteram apenas as dinâmicas macroeconômicas do capitalismo ou os mecanismos gerais de integração social, mas também as formas concretas pelas quais os indivíduos passaram a se relacionar com as instituições capazes de produzir pertencimento coletivo e previsibilidade. É o que acrescenta Richard Sennett (2006), ao argumentar que o novo capitalismo flexível rompeu com padrões relativamente estáveis de trajetória profissional que, durante grande parte do século XX, permitiam aos indivíduos construir vínculos duradouros com instituições, comunidades de trabalho e formas coletivas de representação.

Nas estruturas fordistas clássicas, era relativamente comum que trabalhadores permanecessem longos períodos na mesma empresa, compartilhassem experiências comuns de sociabilidade laboral e desenvolvessem identidades vinculadas à profissão, ao sindicato ou à própria condição de classe. A flexibilização produtiva altera precisamente esse cenário ao tornar a rotatividade, a adaptação constante e a lógica do curto prazo princípios estruturantes das relações econômicas contemporâneas.

Segundo Sennett, a substituição de vínculos duradouros por relações temporárias e instáveis produz efeitos que ultrapassam a esfera econômica. A dificuldade de construir trajetórias contínuas enfraquece formas tradicionais de lealdade institucional e solidariedade coletiva, reduzindo a capacidade de sindicatos, partidos de massa e mesmo políticas públicas como legislações trabalhistas. Em vez de experiências compartilhadas de longa duração, o capitalismo flexível favorece relações fragmentadas, individualizadas e marcadas pela competição permanente de indivíduo para indivíduo.

Esse processo altera a própria relação entre indivíduos e instituições. Partidos, sindicatos, igrejas e associações continuam existindo e mobilizando recursos, mas encontram condições mais adversas para transformar experiências individuais em interesses coletivos e convertê-los em formas estáveis de pertencimento e representação. O problema, portanto, não é o desaparecimento das instituições mediadoras, mas a redução de sua capacidade de organizar e traduzir politicamente experiências que se tornam cada vez mais individualizadas.

As transformações associadas ao capitalismo flexível não alteraram apenas as relações de trabalho ou o funcionamento das instituições mediadoras, mas passaram progressivamente a reorganizar os próprios afetos. É nesse contexto que Zygmunt Bauman (2001) interpreta a chamada “modernidade líquida” como expressão de uma sociedade marcada pela instabilidade permanente dos vínculos, pela fragilidade das estruturas coletivas e pela dificuldade crescente de consolidação de pertencimentos duradouros.

Segundo o autor, instituições que anteriormente ofereciam referências relativamente estáveis de integração social, como trabalho, comunidade, família, partidos ou organizações coletivas, tornam-se progressivamente incapazes de organizar de maneira duradoura a experiência dos indivíduos. A individualização

deixa, assim, de representar apenas ampliação da autonomia pessoal e passa também a significar transferência das inseguranças sociais para a esfera privada. Problemas produzidos estruturalmente passam a ser vividos cada vez mais como responsabilidades individuais.

Nesse cenário, a fragmentação das experiências sociais tende a enfraquecer não apenas formas tradicionais de solidariedade coletiva, mas também a própria capacidade de elaboração compartilhada dos conflitos sociais. Em Bauman, esse processo está associado à crescente individualização da experiência e à dificuldade de sustentar vínculos coletivos duradouros. A crise das mediações aparece, portanto, não apenas como transformação das instituições, mas como alteração mais ampla das formas de pertencimento, reconhecimento e construção da experiência política nas democracias contemporâneas.

Embora partam de tradições teóricas distintas, diferentes autores convergem na identificação de processos de flexibilização econômica, vulnerabilidade social, erosão institucional e individualização das experiências sociais. Parte dessa literatura atribui maior peso às transformações na economia e no mundo do trabalho, especialmente em abordagens vinculadas ao pós-marxismo. Outras perspectivas, por sua vez, enfatizam o avanço das técnicas e das tecnologias de comunicação, produção e interação social, compreendendo essas mudanças como elementos que também reconfiguram as relações sociais e as formas de organização da vida coletiva. A fragilização das mediações coletivas constitui, nesse sentido, um elemento central para compreender as formas contemporâneas de subjetivação política e os novos modos de organização do conflito nas democracias atuais.

Da fragilização das mediações ao autoritarismo identitário

O balanço geral da seção anterior aponta para o seguinte: problemas produzidos estruturalmente passam a ser vividos cada vez mais como responsabilidades individuais. É importante destacar que isso não ocorre necessariamente sem intermediação ideológica. Tal deslocamento está associado à ascensão de uma racionalidade política específica: o neoliberalismo. Diferentemente do liberalismo clássico, cuja crítica se dirigia sobretudo às limitações impostas pelo Estado absolutista à liberdade individual, o neoliberalismo passa a enxergar instituições coletivas de mediação e proteção social como entraves ao desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a erosão dessas estruturas contribui para formas cada vez mais intensas de atomização social, nas quais experiências e conflitos tendem a ser interpretados a partir do indivíduo, e não de pertencimentos coletivos.

É precisamente nesse ponto que a contribuição de Wendy Brown (2019) se torna relevante. Para a autora, o neoliberalismo não deve ser compreendido apenas como um conjunto de políticas econômicas voltadas à expansão dos mercados, mas como essa racionalidade capaz de reorganizar as formas pelas quais os indivíduos compreendem a si mesmos e a vida coletiva. Sob essa lógica, sujeitos passam a ser concebidos como unidades empreendedoras responsáveis pela gestão permanente de seus próprios destinos. O vocabulário da competição, da eficiência e da responsabilização individual ultrapassa o campo econômico e passa a organizar dimensões cada vez mais amplas da experiência social.

Uma das consequências desse processo é o enfraquecimento das linguagens coletivas tradicionalmente utilizadas para interpretar desigualdades, conflitos e formas de sofrimento social. Problemas anteriormente compreendidos como expressões de dinâmicas estruturais passam a ser narrados em termos individualizados, enquanto instituições capazes de produzir interpretações coletivas da realidade perdem parte de sua legitimidade social. A crise das mediações discutida na seção anterior encontra aqui uma de suas expressões mais evidentes: não apenas os vínculos coletivos se fragilizam, mas também as formas compartilhadas de compreensão do mundo social.

Esse processo ajuda a compreender por que demandas relacionadas à identidade adquiriram centralidade crescente nas democracias contemporâneas. Nancy Fraser (2001) argumenta que houve um deslocamento progressivo das disputas políticas em torno da redistribuição econômica para conflitos organizados em torno do reconhecimento de grupos minorizados. Evidentemente, Fraser não sugere que questões materiais tenham desaparecido, mas observa que reivindicações relacionadas à identidade, ao pertencimento e ao reconhecimento passaram a ocupar posição cada vez mais relevante na agenda pública.

Esse deslocamento não deve ser interpretado como simples substituição de um conflito por outro. O que ocorre é uma reconfiguração das formas pelas quais desigualdades e injustiças são percebidas e politicamente articuladas. Em contextos marcados pela erosão das identidades coletivas associadas ao trabalho, à classe e às instituições intermediárias, categorias relacionadas ao reconhecimento tornam-se mecanismos particularmente eficazes de organização política. Grupos passam a interpretar suas experiências por meio de narrativas associadas à identidade cultural, racial, religiosa, sexual ou de gênero, encontrando nesses pertencimentos novas formas de inteligibilidade para conflitos anteriormente mediados por outras estruturas coletivas.

A análise de Stuart Hall (1997) permite qualificar melhor essa discussão. Para Hall, a própria noção de identidade sofreu transformações profundas com o desgaste das representações da modernidade. Em vez de constituírem essências fixas ou atributos naturais dos indivíduos, identidades devem ser compreendidas como

construções históricas, relacionais, permanentemente em processo de diferenciação social e continuamente reconstruídas por disputas culturais e políticas.

A relevância dessa formulação para o presente argumento é significativa. Se identidades são construções históricas e contingentes, sua crescente centralidade na política contemporânea não pode ser explicada apenas por características inerentes aos grupos sociais. É necessário compreender as condições históricas que tornam determinadas identidades particularmente relevantes em certos momentos. Nesse sentido, a crise das mediações coletivas e a individualização crescente das experiências sociais ajudam a explicar por que identidades passam a funcionar como recursos privilegiados de interpretação da realidade política.

A formulação de identidade apresentada por Hall contrasta, contudo, com muitos dos usos políticos contemporâneos da própria categoria. Se para o autor as identidades constituem processos históricos abertos, relacionais e permanentemente inacabados, parte significativa dos atores envolvidos nos conflitos políticos contemporâneos tende a tratá-las como atributos relativamente fixos, capazes de delimitar fronteiras estáveis de pertencimento, legitimidade e representação. A identidade deixa de operar apenas como mecanismo de interpretação da experiência social e passa a funcionar como fundamento privilegiado da ação política.

Em direção a isso, a contribuição de Nancy Fraser não reside apenas em diagnosticar a crescente centralidade das disputas por reconhecimento, mas também em observar alguns dos desdobramentos concretos desse processo na organização contemporânea do conflito político. Como argumenta Fraser (2001), a crescente centralidade das demandas por reconhecimento alterou não apenas o conteúdo das reivindicações políticas, mas também os critérios de constituição dos sujeitos da ação coletiva. À medida que identidades específicas passam a desempenhar papel crescente na formulação de demandas e na definição dos atores legítimos da representação política, transformam-se também as formas pelas quais conflitos são organizados, alianças são construídas e fronteiras entre grupos são estabelecidas.

A relevância desse diagnóstico, para os propósitos deste artigo, não reside apenas na constatação desse deslocamento, amplamente discutido por Fraser, mas sobretudo nas consequências que ele produz para a organização contemporânea do conflito político. É precisamente a partir dessas transformações que se torna possível compreender por que a identidade deixa de operar apenas como categoria de reconhecimento e passa, em determinadas circunstâncias, a funcionar como princípio estruturador da legitimidade política e da relação com o adversário.

Em trabalhos mais recentes, Fraser (2019) amplia esse diagnóstico ao argumentar que a ascensão das políticas de reconhecimento esteve frequentemente associada a uma configuração que ela denomina “neoliberalismo progressista”, na qual agendas de diversidade e inclusão passaram a coexistir com processos de financeirização, precarização do trabalho e enfraquecimento das formas tradicionais

de proteção social. Ou seja, grupos com interesse em promover o neoliberalismo econômico anti-estatista e o enfraquecimento de formulações trabalhistas também absorvem pautas formuladas por movimentos feministas, antirracistas, LGBTQIAPN+ etc.

A ampliação da capacidade de incidência política de grupos historicamente marginalizados não decorreu apenas da força normativa de suas reivindicações, mas também da capacidade de organizar demandas sociais e convertê-las em agendas institucionais. Como demonstram McAdam, Tarrow e Tilly (2001), movimentos sociais ampliam sua capacidade de influência quando conseguem aproveitar estruturas de oportunidade política favoráveis, mobilizar recursos organizacionais, estabelecer alianças com atores institucionais e desenvolver repertórios de ação capazes de produzir efeitos no sistema político. Em diferentes contextos, essa dinâmica foi acompanhada pela profissionalização dos novos movimentos sociais, com a criação de organizações especializadas, a produção de conhecimento técnico, a atuação jurídica e a articulação permanente com instituições públicas e privadas.

Esse processo pode ser observado, por exemplo, na trajetória do movimento LGBTQIAPN+ norte-americano durante as décadas finais do século XX, especialmente no contexto da epidemia de AIDS. Como demonstra Epstein (1996), grupos inicialmente marginalizados conseguiram ampliar sua influência ao desenvolver competências técnicas e científicas, disputar a produção de conhecimento sobre a doença e estabelecer canais de negociação com agências governamentais e instituições médicas. A transformação desses grupos em atores reconhecidos dentro do processo decisório não ocorreu apenas pela mobilização nas ruas, mas pela capacidade de ocupar espaços institucionais, produzir especialistas, formular argumentos tecnicamente legitimados e apresentar suas demandas como questões de interesse público.

Além da dimensão organizacional, a expansão dessas agendas esteve relacionada à crescente valorização de determinadas categorias de reconhecimento nas instituições modernas. Conforme argumenta Bourdieu (1989), a disputa política envolve também a capacidade de impor categorias legítimas de percepção sobre a realidade social. Assim, grupos capazes de conquistar espaços em universidades, meios de comunicação, organizações internacionais, empresas e burocracias estatais ampliam sua capacidade de definir quais problemas sociais serão reconhecidos como legítimos e quais soluções serão consideradas adequadas. Nesse sentido, a institucionalização de pautas identitárias pode ser compreendida como resultado de um processo no qual determinados atores sociais acumulam recursos organizacionais, simbólicos e políticos suficientes para transformar experiências de marginalização em demandas reconhecidas pelo Estado e por outras instituições sociais.

Para os propósitos deste artigo, contudo, o aspecto mais relevante dessa formulação é que ela sugere que a crescente centralidade das identidades não se desenvolveu à margem das transformações recentes do capitalismo, mas mostrou-se amplamente compatível com elas. À medida que formas tradicionais de organização coletiva perdem centralidade, as identidades marginalizadas passam progressivamente a ocupar o lugar anteriormente desempenhado por instituições mediadoras e por linguagens universalistas de conflito, convertendo-se em um dos principais mecanismos através dos quais diferentes grupos interpretam interesses, formulam demandas e constroem fronteiras entre aliados e adversários políticos.

Nessa nova configuração, a condição de identidade marginalizada deixa de remeter apenas a uma posição de exclusão social e passa também a constituir uma categoria de mobilização política dotada de recursos institucionais próprios, visibilidade pública, financiamento e elites representativas. Como consequência, ampliam-se as formulações para que as mais variadas interseccionalidades também disputem representatividade.

Entretanto, os efeitos desse processo não se restringem aos grupos historicamente marginalizados, cujas demandas foram absorvidas pela esquerda. Um dos aspectos mais interessantes é que a crise nas instituições de mediação política e a fragmentação social reforçaram uma ideia de competição de opressão, fortalecendo também formas identitárias de mobilização à direita. À medida que determinados grupos conquistam maior visibilidade institucional, representação política e reconhecimento público, outros passam a interpretar essas transformações como sinais de perda de status, influência e pertencimento. Nesse contexto emerge aquilo que a Wendy Brown (2019) descreveu como formas de ressentimento associado aos homens, especialmente ao homem branco heterossexual, que passa a se perceber como alvo de deslocamento simbólico em uma ordem social em transformação.

Um exemplo significativo desse processo pode ser observado na emergência da chamada machosfera um conjunto heterogêneo de comunidades digitais formadas por subgrupos como *red pills*, *incels* (*involuntary celibates*), masculinistas, ativistas dos direitos dos homens e outros movimentos que articulam discursos sobre masculinidade, relações de gênero e o sentimento de marginalização masculina. Embora esses grupos apresentem diferenças internas importantes, uma característica comum é a construção de uma narrativa na qual homens heterossexuais passam a ser interpretados como sujeitos prejudicados pelas transformações sociais associadas ao feminismo e às políticas de igualdade de gênero. Como argumenta Ging (2019), a manosfera não deve ser compreendida apenas como uma coleção de indivíduos com ressentimentos pessoais, mas como um espaço discursivo no qual diferentes formas de masculinidade são reconstruídas a partir da percepção de perda de status, exclusão e ameaça identitária.

Portanto, à esquerda, o deslocamento para a centralidade da dimensão identitária pode ser compreendido, em parte, pela aproximação com novas formas de organização do capitalismo e pela perda das antigas mediações coletivas de classe. À direita, essa centralidade decorre, em parte, de uma reação às transformações sociais e culturais contemporâneas. Em ambos os casos, trata-se de respostas à perda de status e à percepção de perda de dignidade em um mundo marcado por transformações profundas nas condições de vida, de trabalho e de reconhecimento social.

Grupos minorizados mobilizam a experiência da exclusão estrutural para fundamentar reivindicações políticas ancoradas na ideia de uma dívida histórica ainda não reparada. Grupos majoritários, por sua vez, podem perceber-se como destinatários dos custos de uma dívida que não contraíram diretamente, sobretudo em um contexto de empobrecimento, precarização e redução das possibilidades de ascensão social. Nessa perspectiva, o esforço individual empregado na conquista de bens materiais e posições sociais passa a ser percebido como relativizado por políticas de reconhecimento direcionadas a grupos que, aos olhos desses setores, estariam recebendo benefícios sem terem realizado esforço equivalente.

O conflito político desloca-se, assim, de maneira significativa das questões estruturadas diretamente pelas posições de classe social para disputas em torno de privilégio, opressão, reconhecimento e representação, definidas a partir das identidades sociais dos indivíduos. A competição por recursos materiais e simbólicos, mas também pela definição de quais grupos devem ser reconhecidos, representados e considerados legítimos no espaço público, torna-se uma dimensão cada vez mais presente da disputa política nas democracias liberais.

A centralidade da identidade, contudo, não produz necessariamente uma política de fechamento. Ela pode constituir apenas uma forma de organizar experiências, interesses e demandas coletivas. Esse problema se coloca quando a identidade passa a funcionar não apenas como fundamento da reivindicação política, mas como princípio de interpretação das relações sociais, subordinando vínculos, comportamentos e posições individuais à pertença coletiva. Nesse deslocamento, práticas anteriormente compreendidas como escolhas individuais podem passar a ser avaliadas segundo seus efeitos sobre a identidade correspondente.

Em determinadas vertentes do ativismo racial, por exemplo, relações afetivas interracializadas podem ser interpretadas não apenas como escolhas pessoais, mas como práticas que reproduziriam, ainda que involuntariamente, relações históricas de dominação racial. O ponto analítico aqui não está em avaliar a validade dessa interpretação, dita decolonial, mas em observar a mudança no estatuto atribuído à relação entre os indivíduos: a aproximação com o outro deixa de ser necessariamente compreendida como possibilidade de integração e pode passar a ser percebida como ameaça à preservação da identidade. A identidade deixa, assim, de funcionar apenas

como referência de pertencimento e passa a operar como critério de delimitação das relações legítimas com aqueles que estão fora dela.

Outro exemplo contemporâneo pode ser encontrado no bolsonarismo, uma ala da direita brasileira contemporânea que articula três referências particularmente importantes: a religiosa, com forte influência do evangelicalismo, a família, dita tradicional, e o patriotismo performático. Não se trata propriamente de nacionalismo, tampouco de uma simples reprodução dos elementos mobilizados pelo fascismo histórico. Essa formulação é, inclusive, menos nacionalista do que poderia parecer, uma vez que segmentos desse campo mantêm forte identificação política e cultural com os Estados Unidos e, em alguns casos, demonstram pouca identificação com símbolos tradicionalmente associados à cultura brasileira, como o carnaval e o samba.

O elemento central está na construção de uma fronteira entre uma sociedade considerada moralmente ordenada e um mundo externo percebido como profano, corrompido ou ameaçador. A resposta a essa ameaça não consiste apenas em preservar a própria comunidade religiosa, mas em ampliar progressivamente o espaço de proteção dessa identidade: primeiro na igreja, depois na família e, por fim, nas instituições políticas. A chamada família tradicional deixa, assim, de ser apenas uma forma de organização da vida privada e passa a ser apresentada como um padrão social que deveria ser recuperado e, em alguma medida, estendido ao conjunto da sociedade. Outras formas de família e de organização da vida passam, conseqüentemente, a ser tratadas não apenas como diferentes, mas como manifestações da desordem que o grupo pretende combater.

É nesse ponto que o fechamento identitário se torna politicamente relevante. A identidade religiosa e familiar deixa de funcionar apenas como referência de pertencimento de um grupo e passa a fornecer os critérios pelos quais se define como a sociedade deveria ser organizada e quais formas de vida podem ser consideradas legítimas. O adversário político deixa, então, de ser apenas aquele que disputa o poder ou propõe uma concepção diferente de sociedade e passa a ser percebido como alguém que ameaça a própria ordem moral que o grupo entende ser necessário preservar. A identidade torna-se, assim, uma baliza para definir não apenas quem somos, mas quais regras os demais devem aceitar.

Um movimento semelhante pode ser identificado em determinadas vertentes contemporâneas do ativismo de gênero, especialmente naquelas que passaram a organizar a experiência política em torno de identidades trans, não binárias e de concepções cada vez mais fluidas de gênero. A ampliação do reconhecimento dessas identidades constitui, em si mesma, uma reivindicação política legítima. O problema se coloca quando o reconhecimento deixa de significar a garantia de direitos e de proteção contra discriminação e passa a exigir uma adesão mais ampla a uma determinada interpretação sobre sexo, gênero e identidade, agora imposto como suposto avanço do conhecimento científico.

O fechamento identitário ocorre quando a discordância deixa de ser tratada como uma posição política ou intelectual passível de debate e passa a ser interpretada como uma forma de violência contra a própria identidade. Nesse contexto, uma pessoa que sustenta, por exemplo, que o sexo possui relevância política distinta da identidade de gênero pode deixar de ser percebida como alguém que formula uma posição divergente e passar a ser enquadrada como alguém que, por sua própria posição, ameaça a existência ou a dignidade do grupo. A consequência é uma mudança no objeto da disputa: já não se procura apenas convencer o adversário ou disputar institucionalmente determinada política, mas restringir sua legitimidade para participar da discussão, pois, agora, a discordância passa a ser interpretada como violência simbólica.

É nesse ponto que práticas de denúncia pública, ostracismo, campanhas de cancelamento ou tentativas de impedir a circulação de determinadas posições podem adquirir uma função que ultrapassa a defesa de direitos. O critério de exclusão deixa de ser a conduta efetivamente discriminatória do indivíduo e passa a ser sua posição diante de uma identidade considerada ameaçada. A discordância sobre sexo, gênero ou identidade torna-se, assim, suficiente para converter o interlocutor em adversário moralmente ilegítimo. A identidade passa a definir não apenas quem pertence ao grupo, mas também quem pode falar sobre ele, quais posições podem ser expressas e quais formas de discordância devem ser retiradas do espaço público.

É justamente nesse ponto que emerge a possibilidade de tendências autoritárias na mobilização identitária. Quando a construção do pertencimento depende da deslegitimação permanente do outro, quando adversários políticos deixam de ser compreendidos como competidores legítimos e passam a ser representados como ameaças à existência do próprio grupo, a identidade pode transformar-se em uma lógica de fechamento e exclusão. A disputa política deixa, então, de ocorrer prioritariamente em torno de projetos divergentes para assumir a forma de um conflito moral entre grupos considerados incompatíveis. Nesse sentido, a questão central não está na existência de identidades coletivas, inevitáveis em qualquer sociedade política, mas nos mecanismos pelos quais determinadas identidades são construídas de forma antagonística, convertendo diferenças sociais e políticas em fronteiras rígidas de pertencimento.

Considerações finais

O percurso desenvolvido ao longo deste artigo permite sustentar que a centralidade adquirida pelas identidades no conflito político contemporâneo não pode ser compreendida apenas como uma consequência da chamada polarização ou como uma simples substituição das antigas clivagens de classe por novas divisões sociais. A fragilização das mediações coletivas modifica as condições pelas quais interesses,

experiências e pertencimentos são traduzidos politicamente, favorecendo situações nas quais a identidade passa a concentrar funções antes distribuídas entre instituições, interesses e formas coletivas de pertencimento. O resultado não é necessariamente uma política autoritária baseada em identitarismos; a mobilização identitária pode produzir reconhecimento, representação e organização legítima de demandas. O problema específico aqui colocado aparece quando a identidade passa a funcionar como critério para estabelecer os limites da própria legitimidade política.

É a partir desse ponto que o conceito de autoritarismo identitário procura acrescentar uma distinção ao debate. Seu elemento definidor não está na existência de conflito em torno de identidades, tampouco na intensidade das posições assumidas pelos grupos envolvidos, mas na transformação do adversário em um obstáculo à realização da identidade coletiva. Quando a posição política de um indivíduo passa a ser julgada prioritariamente a partir de sua identidade, e a discordância deixa de ser reconhecida como parte legítima da disputa para ser interpretada como ameaça à própria existência, dignidade ou preservação do grupo, produz-se uma mudança qualitativa na natureza do conflito. É essa passagem, da identidade como fundamento de pertencimento para a identidade como fundamento da deslegitimação do outro, que permite caracterizar a dinâmica aqui denominada autoritarismo identitário.

Nesse cenário, o desacordo político deixa de ser interpretado prioritariamente como divergência sobre ideias, interesses ou formas de organização da vida social e passa a ser compreendido através da linguagem da identidade, como expressão de reconhecimento ou negação de pertencimentos fundamentais. A consequência é que posições divergentes deixam de ser percebidas como alternativas legítimas no interior do espaço democrático e passam a ser interpretadas como formas de contestação da própria identidade.

Aqueles que questionam determinadas reivindicações identitárias ou recusam certas premissas deixam progressivamente de ser vistos como interlocutores legítimos. Sua presença passa a ser compreendida como ameaça ao reconhecimento pleno da identidade em questão e, por isso, como algo que compromete as condições mínimas de validade do próprio debate público. Nesse contexto, tornam-se mais frequentes práticas de restrição de sua participação, visibilidade ou influência em espaços institucionais e públicos.

Cancelamentos, campanhas de desfinanciamento, boicotes, pressões institucionais e outras formas de exclusão ilustram essa dinâmica. O elemento distintivo do autoritarismo identitário reside precisamente nesse deslocamento: a defesa da identidade deixa de buscar o reconhecimento que prevê certas desavenças e passa a incorporar a deslegitimação do dissenso como parte de sua própria lógica política. O outro deixa de ser apenas um adversário político e passa a ser tratado como presença incompatível com a própria possibilidade de convivência democrática.

O resultado é uma dinâmica na qual o pluralismo deixa de ser percebido como condição ordinária da vida democrática e passa a ser interpretado como ameaça. A mediação é substituída pela lógica da autenticidade, a negociação pela lógica da pureza e o dissenso pela suspeita permanente sobre a legitimidade do outro. A identidade converte-se simultaneamente em sujeito, linguagem e finalidade da ação política.

Nessa perspectiva, o autoritarismo identitário não constitui um fenômeno exclusivo da esquerda ou da direita. Trata-se de uma tendência que pode emergir em qualquer campo político sempre que a legitimidade dos argumentos passa a ser subordinada à identidade de quem os formula, sempre que o reconhecimento da própria identidade exige a deslegitimação da identidade adversária, sempre que não há no horizonte político possibilidade de mediação.

A principal contribuição deste artigo consiste justamente em sugerir que parte importante dos antagonismos contemporâneos não pode ser compreendida apenas a partir das categorias de populismo, polarização e radicalização. É necessário observar também as transformações mais profundas que alteraram as formas de pertencimento e representação nas democracias contemporâneas. Sob essa perspectiva, o autoritarismo identitário aparece menos como causa e mais como sintoma de uma ordem social na qual os mecanismos coletivos de mediação perderam capacidade de organizar conflitos, produzir solidariedades e construir horizontes compartilhados de ação política.

Por fim, cabe reconhecer que o conceito de autoritarismo identitário, tal como aqui formulado, possui um caráter analítico e exploratório neste estágio de desenvolvimento. Seu objetivo não é esgotar a complexidade dos fenômenos contemporâneos de mobilização política baseada em identidades, nem oferecer uma tipologia acabada das formas de antagonismo e identitarismo presentes nas democracias atuais, mas contribuir para a identificação de uma dinâmica específica associada à centralidade crescente das identidades na estruturação do conflito político.

Nesse sentido, sua aplicação empírica demanda maior desenvolvimento, especialmente em contextos nacionais e campos políticos distintos, nos quais a relação entre mediação institucional, identidade e moralização do conflito pode assumir configurações variadas. Investigações futuras poderiam explorar de forma mais sistemática essas variações, bem como as condições sob as quais tais dinâmicas se intensificam ou são parcialmente contidas por instituições políticas e sociais.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro, Zahar.
- BOURDIEU, Pierre. (1989). *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- BROWN, Wendy. (2019). *Nas ruínas do neoliberalismo*. São Paulo, Politeia.
- CASTEL, Robert. (1998). *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes.
- EPSTEIN, Steven. (1996). *Impure Science: AIDS, Activism, and the Politics of Knowledge*. Berkeley: University of California Press.
- FRASER, Nancy. (2001). “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”, in J. Souza (org.). *Democracia hoje*. Brasília, Editora UnB.
- FRASER, Nancy. (2019). *The Old Is Dying and the New Cannot Be Born: From Progressive Neoliberalism to Trump and Beyond*. Londres, Verso.
- GING, Debbie. (2019). “Alphas, Betas, and Incels: Theorizing the Masculinities of the Manosphere”. *Men and Masculinities*, v. 22, n. 4, pp. 638-657. [Consult. 19-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.1177/1097184X17706401>
- HALL, Stuart. (1997). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- HARVEY, David. (1992). *Condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- STOCK, Kathleen. (2021). *Material girls: why reality matters for feminism*. London, Fleet.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. (2001). *Dynamics of Contention*. Cambridge, Cambridge University Press.
- MOUNK, Yascha. (2023). *A armadilha da identidade: uma história sobre ideias e poder em nosso tempo*. Tradução de Cássio de Arantes Leite. São Paulo, Companhia das Letras.
- OLIVEIRA, Sávio O. (2023). “A crise da Democracia Liberal e a confessionalização da política”. *Último Andar*, v. 26, n. 42, pp. e60577. [Consult. 19-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.23925/ua.v26i42.e60577>
- PEREZ, Rodrigo. (2023). “A reabilitação subversiva da racionalidade estruturalista pela crítica decolonial”. *Revista de Teoria da História*, v. 26, n. 1, pp. 144-164. [Consult. 19-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.5216/rth.v26i1.74207>
- RISÉRIO, Antonio. (2024). *Identitarismo: a ameaça à democracia*. São Paulo, Topbooks.
- ROMAN, Artur R. (2025). “Morfologia do bolsonarismo: afeto e identidade na constituição de uma comunidade imaginada de ultradireita”. *The Specialist*, v. 46, n. 1, pp. 537-565. [Consult. 19-09-2026]. Disponível em <https://doi.org/10.23925/2318-7115.2025v46i1e67026>
- SENNETT, Richard. (2006). *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. 10. ed. Rio de Janeiro, Record.

Savio di Maio

 <https://orcid.org/0000-0003-3249-3818>
 <http://lattes.cnpq.br/4851046415072304>

Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo (USP), Brasil. E-mail: saviogeografia1@gmail.com

Revisora

Luíza Simões¹

Conflito de interesses

O autor declara não haver conflitos de interesses de natureza pessoal, comercial, política, acadêmica ou financeira relacionados à pesquisa, à análise dos dados e/ou à redação do manuscrito.

Financiamento

O presente estudo foi realizado sem financiamento externo.

Uso de IA

Foram utilizadas ferramentas de inteligência artificial exclusivamente como recurso auxiliar de revisão textual, incluindo correção ortográfica, gramatical e aprimoramentos pontuais de redação. As ferramentas não foram utilizadas para a concepção dos argumentos, análise ou interpretação dos dados, nem para a elaboração de figuras e tabelas. O autor é integralmente responsável pelo conteúdo, pelos argumentos e pelas conclusões apresentados no manuscrito.

Disponibilidade de dados

Os dados e materiais utilizados na elaboração deste estudo são provenientes de fontes públicas, devidamente identificadas e referenciadas no manuscrito. Não foram produzidos ou utilizados conjuntos de dados adicionais que necessitem de disponibilização em repositório.

Contribuições de autoria CRediT

Savio di Maio: Conceitualização (Conceptualization); Investigação (Investigation); Metodologia (Methodology); Análise formal (Formal analysis); Redação rascunho original (Writing – original draft); Redação revisão e edição (Writing – review & editing).

¹ E-mail: luiza.simo.es.rev@gmail.com